

Nº 2366 - Ano 10 | Sexta-Feira, 29 de novembro de 2019

Criciúma - Santa Catarina

# Índice

Leis Complementares	1
Leis	
Decreto	8
Edital de Convocação	9
Edital de Termo de Início de Fiscalização	10
Ata 02 - do Edital de Concorrência Nº 326/PMC/2019	11
Avisos de Licitação	12
Aviso de Retificação e Prorrogação de Licitação	13

# Leis Complementares

Governo Municipal de Criciúma

LEI COMPLEMENTAR № 336, de 27 de novembro de 2019.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018.

### O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

**Art. 1º.** A Seção II do Capítulo I do Título V do Livro I da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar acrescida do art. 130-A:

"LIVRO I

TÍTULO V

CAPÍTULO I

SEÇÃO II

NOTIFICAÇÃO

Art. 130-A. Os créditos tributários exigidos através de notificação fiscal, quando recolhidos ou parcelados nos primeiros 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação terão a multa e os juros reduzidos nos percentuais abaixo:

I - 50% quando recolhidos integralmente;

II - 40% quando parcelados até 10 (dez) vezes;



- III 30% quando parcelados de 11 (onze) vezes, até 20 (vinte) vezes;
- IV 20% quando parcelados de 21 (vinte e uma) vezes, até 30 (trinta) vezes;
- § 1º Perderá o benefício da redução da multa e dos juros, prevista neste artigo, o contribuinte que deixar de recolher, no vencimento, as obrigações assumidas por ocasião do parcelamento.
- § 2º No caso de parcelamento, serão observadas as disposições contidas na parte geral deste Código." (NR)
- **Art. 2º**. Inclui o parágrafo 3º ao artigo 141 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 141 (...)

- §3º. Para aferição da tempestividade da impugnação remetida pelo correio, será considerada como data de apresentação a data de postagem. (NR)"
- Art. 3º. Inclui os parágrafos 1º e 2º ao artigo 155 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155 (...)

- § 1º O recurso poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela.
- § 2º Para aferição da tempestividade do recurso remetido pelo correio, será considerada como data de interposição a data de postagem. (NR)"
- Art. 4º. O artigo 158 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 158 O julgamento dos recursos compete ao Conselho de Contribuintes do Município, após a manifestação da Procuradoria-Geral do Município e da autoridade fiscal responsável pela notificação ou auto de infração.
- § 1º O Conselho de Contribuintes do município será composto de 04 (quatro) conselheiros e seu Presidente, representantes do Poder Executivo e da sociedade organizada.
- § 2º Compete ao Presidente do Conselho de Contribuintes do Município proferir voto de desempate.
- § 3º A estrutura e as regras de escolha dos membros do Conselho de Contribuintes do município serão regulamentadas por decreto municipal."
- Art. 5º. Inclui o parágrafo único ao artigo 166 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 166 (...)

Parágrafo único. Cabe ao Presidente do Conselho de Contribuintes do município pronunciar a inadmissibilidade dos pedidos referidos no caput deste artigo."

**Art. 6º**. A alínea "a", inciso II, do artigo 200 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 200 (...)

*II - (...):* 

- sem passeio calçado, quando em vias pavimentadas: 3,5% (três e meio por cento) para as zonas tributárias 1 (um), 2A (dois A), 2B (dois B), 3 (três) e 4 (quatro);"
- Art. 7º. Os §§ 1º e 2º do artigo 206 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:



P asil

http://criciuma.sc.gov.br



"Art. 206 (...)

§ 1º Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas as obras durante o exercício; para fins de cálculo do IPTU, o bem imóvel será considerado como terreno até o final do ano em que seja expedido o "Habite-se", em que seja obtido o Auto de Vistoria, ou em que as construções estejam concluídas ou ocupadas.

§ 2º A partir do ano seguinte àquele da expedição do "Habite-se", da obtenção do "Auto de Vistoria", da conclusão da obra ou da ocupação parcial ou total das construções, para fins de cálculo do IPTU, o bem imóvel será considerado como imóvel construído."

Art. 8º. O artigo 316 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa avigorar com a seguinte redação:

"Art. 316 O contribuinte informará à Secretaria da Fazenda, mediante ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a ocorrência de:

I - descredenciamento do contribuinte junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

II - alterações na legislação estadual que inviabilizem a continuidade da emissão da Nota Fiscal Eletrônica na forma Conjugada."

**Art. 9º.** Inclui o parágrafo único no artigo 340 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 340 (...)

Parágrafo único. Não incidirá novamente a TLFE à pessoa física ou jurídica regularmente inscrita no Município, que venha a prestar serviços em estabelecimento já licenciado."

**Art. 10**. Altera o inciso I e a alínea a do inciso III do caput do artigo 357 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 357 (...)

I - infrações relativas à inscrição, às alterações cadastrais e à baixa de inscrição cadastral: multa de 02 (duas) UFMs aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, as inscrições, as alterações de dados cadastrais ou seus respectivos cancelamentos;

(...)

III – infrações relativas à ação fiscal:

(a) multa de 10 (dez) UFMs aos que iniciarem as atividades ou praticarem atos sujeitos a TLFE antes da concessão desta, aos que recusarem a exibição da inscrição, de declaração de dados ou de quaisquer outros dados fiscais, aos que embaracem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração da taxa;

**Art. 11**. O artigo 391 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar acrescido do §3º, com a seguinte redação:

"Art. 391 (...)

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador, para os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano."

Art. 12. O artigo 392 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 392. O sujeito passivo da TCDRS é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular de domínio útil ou possuidora, a qualquer título, de imóvel urbano edificado ou em construção, situado em logradouros públicos ou particulares onde a prefeitura mantenha com regularidade os serviços descritos no § 1º do artigo anterior.

§ 1º No caso do lançamento da taxa juntamente com as tarifas das concessionárias de serviços públicos conveniadas com o Município, respondem solidariamente pelo crédito tributário o proprietário e o usuário do respectivo serviço público, em imóvel edificado ou em construção, situado em logradouros públicos ou particulares onde a prefeitura mantenha com regularidade os serviços descritos no § 1º do artigo anterior, que esteja cadastrado junto à concessionária.

§ 2º A pessoa que produza resíduos mencionados no § 2º do artigo anterior, permanece enquadrada como contribuinte da taxa.

§ 3º No caso de condomínios, a TCDRS poderá ser lançada de forma consolidada, sendo o condomínio responsável solidário pelo crédito tributário."

Art. 13. O artigo 394 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 394. A TCDRS será lançada, para cada unidade autônoma, em nome do sujeito passivo, com base nos dados do Cadastro Imobiliário, podendo ser lançada separadamente ou em conjunto com o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU ou ainda com as tarifas das concessionárias de serviços públicos conveniadas com o Município.

Parágrafo único. Entende-se por unidade autônoma parte da edificação vinculada a uma fração ideal do terreno, sujeita às limitações da Lei, constituída de dependência e instalações de uso privado e de parcelas das dependências e instalações de uso comum da edificação, destinada a fins residenciais ou não, assinalada, normalmente, por designação especial numérica."

**Art. 14**. O artigo 396 da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar acrescido do §5º com a seguinte redação:

"Art. 396 (...)

§ 5º Sempre que postulada pelo contribuinte a certidão de regularidade fiscal, é permitida a solicitação de cota única após 1º de dezembro do ano anterior ao do lançamento e será referente às parcelas da TCRS ainda não quitadas no ano."

Art. 15. O ANEXO A-IV da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

## ANEXO A-IV DETERMINAÇÃO DO PADRÃO DA CONSTRUÇÃO PARA FINS DE IPTU

1. Para determinação do Padrão da Construção nas edificações executadas em alvenaria, madeira ou mista, considerar-se-á os seguintes critérios, que após o somatório da pontuação, serão enquadrados nas respectivas classes:

	Padrão de Acabamento	Pontuação
	Madeira	6
ura	Alvenaria	8
rut	Alvenaria estrutural	9
Estrutura	Metálica	10
	Concreto armado	10
	Madeira comum	15
	Placas de Concreto	17
	Mista	19
les	Madeira 'de lei'	20
Paredes	Alvenaria	25
Pa	Metal	25
	Tijolo à vista	28
	Concreto	30
	Especiais	35
	Sem	0
	Chapisco	2
ş	Reboco	4
ner Or	Tijolo aparente	4
restime Externo	Madeira(em paredes de alvenaria)	8
Revestimento Externo	Cerâmico	10
Re	Pedra lascada	10
	Pedra polida	15
	Outros (Especiais)	15

	Padrão de Acabamento	Pontuação
	Terra batida	0
	Pedra britada	1
	Concreto alisado	2
	Revestimento têxtil	4
	Tábua (madeira comum)	4
	Cerâmico	7
	Taco madeira	7
Pisos	Pedra lixada	10
	Material Plástico	10
	Tábua (madeira 'de lei')	15
	Pedra polida	15
	Laminado	15
	Vinílico	15
	Porcelanato	15
	Cerâmica Especial	15
	Especial	15

Dadues de Asabanasanto

	Sem	0
	Madeira comum	2
0	PVC	3
Forro	Madeira 'de lei'	4
4	Gesso	4
	Laje	6
	Laje com gesso ou similar	8

4

Double a ~ ~



	Sem	0
ias	Uma	8
itá	Duas	15
Sanitárias	Três	25
٠,	Quatro ou mais	30
as	Sem	0
Elétricas	Aparente	2
EIé	Embutida	4
	Sem	0
	Madeira comum	5
S	Ferro	5
Iria	Alumínio Comum	8
זמפ	Madeira 'de lei'	10
Esquadrias	Vidro temperado	10
7	PVC	15
	Alumínio Especial	15
	Especiais	15

Pintura	Sem	0
	Óleo	4
	PVA	4
	Esmalte sintético	5
	Verniz	5
	Acrílica	5
	Impermeabilizante	5
	Textura	7
	Massa corrida	8
	Especial	10
•		
•	Palha	2
	Fibrocimento	3

	Palha	2
	Fibrocimento	3
_	Aluzinco	4
aro	Cerâmica Comum	6
ert	Telha concreto	8
Cobertura	Cerâmica pintada/vitrificada	10
	Laje	10
	Telha plana	15
	Especial	15

Tipo	Classe	Pontos	
	Alto	Acima de 129	
ıria	Médio Alto	de 110 a 129	
Alvenaria	Médio	de 80 a 109	
Αγ	Médio Baixo	de 50 a 79	
	Baixo	até 49	

Tipo	Classe	Pontos
Mista	Alto	Acima de 104
Ž	Médio Alto	de 90 a 104
a ou	Médio	de 70 a 89
Madeira	Médio Baixo	de 40 a 69
Mai	Baixo	até 39

2. Para determinação do Padrão da Construção no caso de Piscinas, considerar-se-á:

Padrão	Critério
Alto	aquela executada em concreto/alvenaria com revestimento cerâmico
Médio Alto	aquela executada com fibra de vidro, ou similares
Médio	aquela executada em concreto/alvenaria sem revestimento cerâmico

Art.16. O ANEXO B-IV da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

# ANEXO B-IV VALORES DA TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA PUBLICIDADE – TLFP

VALORES COBRADOS NA CONCESSÃO DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO OU UTILIZAÇÃO DE ANÚNCIOS E DE PUBLICIDADE E NA VERIFICAÇÃO ANUAL DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DISCIPLINARES PARA MANUTENÇÃO DA LICENÇA.

Item Atividade Valor

пет	Atividade	vaior
1	Publicidade através de anúncios publicitários ou letreiros, por unidade.	1,77 UFM
2	Publicidade feita através de outdoor, por unidade.	10,65 UFM
3	Publicidade conduzida por pessoa e exibida em vias públicas, por unidade.	1,33 UFM
4	Distribuição de publicidade e prospecto, por espécie distribuída.	1,06 UFM
5	Publicidade de terceiros na parte interna ou externa de veículos, por veículo.	1,06 UFM
6	Exposição de produtos e propaganda feita em estabelecimento de terceiros ou em locais de frequência pública.	2,66 UFM
7	Publicidade através de alto-falante em local fixo.	5,32 UFM
8	Publicidade através de alto-falante, em veículos, por veículo.	5,32 UFM



Art. 17. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 18**. Ficam revogados o §5º do art. 197 e o artigo 328, ambos da Lei Complementar nº 287, de 27 de setembro de 2018, e as demais disposições contrárias.

Paço Municipal Marcos Rovaris, 27 de novembro de 2019.

**CLÉSIO SALVARO -** Prefeito Municipal de Criciúma **VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES -** Secretário Geral //erm.

PELC 029/19 – Autoria: Clésio Salvaro

### LEI COMPLEMENTAR № 337, de 27 de novembro de 2019.

Modifica as disposições da Lei Complementar nº 203, de 18 de janeiro de 2017, alterada pela Lei Complementar nº 316, de 11 de julho de 2019.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art.1º O caput do art.1º da Lei Complementar nº 316/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º Fica criada na estrutura administrativa do Município de Criciúma a Função Gratificada (FG-07, FG-8 e FG-9), com a Quantidade de Vagas; Especificação da Função; Nível e Valor da Remuneração Mensal em VRV (Valor Referencial de Vencimento), conforme disposto na presente Lei

**Art.2º**. A tabela constante do anexo III do art. 2º – Quadro de Funções Gratificada, da Lei Complementar nº 203/2017, correspondente a ordem 10, 11, 12 e 13, passa a vigorar com a seguinte alteração:

### ANEXO III QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS – FG

Ordem	Função	Vagas	FG	VRV
10	Chefe de Controle Interno	1	FG-7	8
11	Chefe de Divisão de Controle Interno	1	FG-8	5,5
12	Coordenador Administrativo	1	FG-8	5,5
13	Assessor	1	FG-9	4,1

**Art.3º**. As atribuições das funções acima mencionadas são as previstas na Lei Complementar nº 203/2017, trazidas pela Lei Complementar nº 316/2019.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Marcos Rovaris, 27 de novembro de 2019.

**CLÉSIO SALVARO** - Prefeito Municipal de Criciúma **VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES** - Secretário Geral ACSFY/erm.

PELC 030/19 – Autoria: Clésio Salvaro

### LEI COMPLEMENTAR № 338, de 27 de novembro de 2019.

Corrige o zoneamento do solo nas áreas que especifica e dá outras providências.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:





**Art.1º**- Fica aprovada a **Resolução nº 318/2019**, do Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM, corrigindo o zoneamento do solo, ao longo das glebas da Via Rápida, nos locais possíveis será definida como ZI-2, na 2º Linha como ZM2-4 e área mais no interior como ZR2-4 (zona mista 2-4 pavimentos), como registrado em Ata na reunião do CDM de 10/10/2019.

Art.2º- A resolução supracitada passa a fazer parte integrante da presente lei, na forma de anexo.

Art.3º- Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Marcos Rovaris, 27 de novembro de 2019.

**CLÉSIO SALVARO** - Prefeito Municipal de Criciúma **VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES** - Secretário Geral ACSFY/erm.

PELC 030/19 – Autoria: Clésio Salvaro

# Leis

# Governo Municipal de Criciúma

# LEI № 7.580, de 27 de novembro de 2019.

Autoriza o Município de Criciúma a pavimentar rua que dá acesso ao Centro Comunitário do Bairro Primeira Linha e dá outras providências

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a pavimentar a área de acesso ao Centro Comunitário do Bairro Primeira Linha, com aproximadamente 120 metros de extensão.

Parágrafo único. O valor total dos produtos e serviços foi avaliado em R\$ 95.937,15 (noventa e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e quinze centavos).

Art.2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementada ou transferida, se necessário.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Marcos Rovaris, 27 de novembro de 2019.

**CLÉSIO SALVARO** - Prefeito Municipal de Criciúma **VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES** - Secretário Geral /acsfy/erm.

PE 113/19 – Autoria: Clésio Salvaro

### LEI Nº 7.581, de 27 de novembro de 2019.

Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 5.832, de 06 de junho de 2011, que denomina Rua Jardelino Teodoro da Conceição.

### O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**Art.1º** O artigo 1º da Lei nº 5.832, de 6 de junho de 2011, que denomina Rua Jardelino Teodoro da Conceição, passa a vigorar com a seguinte redação:





"Art.1º Passa a denominar-se **Rua Jardelino Teodoro da Conceição**, a antiga Rua SD-1810-185 e atual Rua SD-2107-185, localizada no Bairro São Defende, a qual tem seu início a aproximadamente 29,00 metros ao norte da Rua Luiz Pasini, prosseguindo no sentido sul até a Rua SD-2105-185."

Art.2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Marcos Rovaris, 27 de novembro de 2019.

CLÉSIO SALVARO - Prefeito Municipal de Criciúma VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES - Secretário Geral //erm.

PL 097/19 – Autoria: Ver. Moacir Dajori

### LEI Nº 7.582, de 27 de novembro de 2019.

Denomina Rua Cassemiro Accacio Gomes.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1° Passa a denominar-se Rua Cassemiro Accacio Gomes, a atual Rua SD-001-001, localizada no Bairro Vila Rica, a qual tem seu início na Rua Francisco Budny, prosseguindo no sentido Oeste até a Rua 1483.

Art.2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Marcos Rovaris, 27 de novembro de 2019.

CLÉSIO SALVARO - Prefeito Municipal de Criciúma VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES - Secretário Geral //erm.

PL 100/19 – Autoria: Ver. Moacir Dajori

# Decreto

# Governo Municipal de Criciúma

### DECRETO SG/Nº 1477/19, de 19 de novembro de 2019.

Determina Avaliação Médica para verificação da manutenção da incapacidade para servidores aposentados por invalidez e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o § 10 do art. 34 da Lei Complementar nº 053 de 16 de julho de 2007,

### DECRETA:

Art.1º A Secretaria Municipal da Fazenda, através da Gerência de Recursos Humanos – RH (Departamento de Pessoal), convocará os servidores inativos do Município de Criciúma, em gozo do benefício de aposentadoria por invalidez, para que sejam submetidos a perícia médica objetivando a avaliação da permanência da incapacidade que deu causa ao referido benefício.

Art. 2º A relação dos aposentados por invalidez que deverão se submeter a avaliação médica:

Matricula	Nome do Inativo	Data de Nascimento
2128	ALBERTI CORADINI AURELIANO	02/10/1963
50006	ANGELINA SALETE STAATS	24/10/1950
1101	HELIO CRUZ	19/04/1960
3818	ITAMAR CUCKER	04/10/1956
50422	MARIA LAIR CITADINI DOS SANTOS	21/09/1952



http://criciuma.sc.gov.br





52909	SILVIA TEODORO MACHADO	27/11/1952
3305	TERESINHA CUSTODIO JOAQUIM	21/06/1953
3303	TEREZINHA DAROS COLONETTI	10/08/1954
53192	ZORAIDE DE OLIVEIRA	08/04/1957

Art.3º A perícia médica será realizada pela Junta Médica Oficial do Município, sito à Rua Cônego Aníbal Maria Di Francia nº 123 – Bairro Pinheirinho, telefone 3445-8800 (antiga MKP em frente à CORSUL), devendo agendar o atendimento, para os dias **3**, **5** e **9** de dezembro de **2019**, no horário das 8 às 17 horas.

Parágrafo único. Havendo necessidade, poderá requisitar exames complementares ou avaliação por perito médico.

Art.4º A falta de comparecimento do convocado ensejará a suspensão automática do pagamento do benefício previdenciário pelo período em que permanecer o retardo.

Art.5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Marcos Rovaris, 19 de novembro de 2019.

CLÉSIO SALVARO - Prefeito Municipal de Criciúma VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES - Secretário Geral MGM/ERM.

# Edital de Convocação

# Governo Municipal de Criciúma

# EDITAL DE CONVOCAÇÃO № 042/2019 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, bem como com o que dispõe o Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 004/2019, homologado o resultado final pelos Decretos SG/nºs 811/19 de 12/06/2019 e 842/19 de 24/06/2019, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo para comparecer, a partir da data de publicação no Diário Eletrônico do Município, no horário das 8:00 às 17:00 horas, no Apoio Administrativo, da Secretaria Geral/Paço Municipal, sito à Rua Domênico Sônego nº 542 — Bairro Santa Bárbara, para posse do respectivo cargo e considerando que não há mais candidatos na lista de espera, sendo convocados os candidatos reclassificados no final da lista, conforme previsto no item 5 do anexo XI do referido Edital:

Cargo: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL - ESF

CH semanal: 40 horas semanais Nível Escolaridade: Médio

Secretaria/Setor: Saúde

C	CLASSIF	NOME DO CANDIDATO
	8	THAIRINI LOPES DE SOUZA

Paço Municipal Marcos Rovaris, 29 de novembro de 2019.

**CLÉSIO SALVARO** - Prefeito Municipal de Criciúma ERM/mrz.







# Edital de Convocação

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# RETIFICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CMDCA - BIÊNIO 2019/2021.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Criciúma, no uso de suas atribuições, resolve:

MODIFICAR o art. 7º do Edital de Convocação da Assembleia de Eleição das Entidades, publicado no DOE na data de 14/11/2019,

#### - onde se lê:

Art. 7º – A relação das candidaturas deferidas e indeferidas será divulgada no dia **29 de novembro de 2019,** no Diário Oficial de Criciúma e no site **www.criciuma.sc.gov.br**.

#### - leia-se:

Art. 7º — A relação das candidaturas deferidas e indeferidas será divulgada no dia **02 de dezembro de 2019,** no Diário Oficial de Criciúma e no site **www.criciuma.sc.gov.br**.

Criciúma, 28 de novembro de 2019

Edevilson Manoel Pereira - Presidente CMDCA

# Edital de Termo de Início de Fiscalização

Governo Municipal de Criciúma

# **EDITAL 04 – TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO**

SECRETARIA DA FAZENDA / 2019

Contribuinte: Centro de Educação Angelo Colombo Ltda.

CNPJ/CPF: 09.285.075/0001-30

Termo de Início de Fiscalização n.º: 103-B/2019

O(a) Fiscal de Rendas e Tributos abaixo identificado(a), membro da Auditoria Tributária da Secretaria da Fazenda, no uso de sua competência prevista no Código Tributário Municipal (LC 287/2018), INTIMA o sujeito passivo acima relacionado a comparecer, em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da Administração Tributária deste município, cujo endereço é Rua Domênico Sônego 542, Santa Bárbara, Criciúma/SC, para tomar ciência do Termo de Início de Fiscalização acima identificado.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou de seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação 30 (trinta) dias após a publicação deste Edital, estando o sujeito passivo sob fiscalização do Fisco Municipal.

Celito Heinzen Cardoso Secretário da Fazenda

Antonella Greniuk Rigo
Fiscal de Rendas e Tributos
Matrícula 57.085

Mikro Takada

**Milton Mikio de Carvalho Takada** Fiscal de Rendas e Tributos Matrícula 57.087 Michel Ferreira Lima Tagima Fiscal de Rendas e Tributos Matrícula 57.051

Matricula 57.051

Vinícius Kourich Espíndola
Fiscal de Rendas e Tributos

Matrícula 57.180



# Ata do Edital de Concorrência

# Governo Municipal de Criciúma

# ATA 02 - DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA № 326/PMC/2019

Processo Administrativo nº. 566732

ATA DA REUNIÃO RESERVADA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA, PÓS-DILIGÊNCIA, PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E RESPONDER AO QUESTIONAMENTO EFETUADO NA SESSÃO DE ABERTURA DO PRESENTE CERTAME REGISTRADO NA ATA 01, DATADA DE 12/11/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para execução dos serviços necessários á realização das obras de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação com revestimento em concreto asfáltico usinado à quente - CAUQ e sinalização horizontal e vertical nas ruas Cecilia N. Espindola, Sete de Maio, SD 1516, Alice da Silva Rosa, Quintino Folharini Dajori, Padre Réus, José Geraldo Rodrigues, Antonio Machinski, Domingos de Villa e Gabriel Budny, localizadas no BAIRRO VILA RICA - município de Criciúma-SC. (CONVENIO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL, Contrato nº 0519537 - DV: 74 / FINISA - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO).

Às nove horas e trinta , do dia vinte e oito, do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Diretoria de Logística - localizada pavimento superior do Paço Municipal "Marcos Rovaris", na Rua Domênico Sonego nº 542, nesta cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, reuniram-se reservadamente os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto SG/nº 537/19 de 09 de abril de 2019, alterado pelo decreto SG/nº 1435/19 de 08 de novembro de 2019, para os procedimentos inerentes a análise e conferencia da documentação de habilitação e responder ao questionamento efetuado na ATA 01 na sessão do dia 12/11/2019.

Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. GIÁCOMO DELLA GIUSTINA FILHO, a Comissão, após análise e conferencia da documentação de habilitação, chegou-se aos seguintes termos, as quais passamos a relatar:

#### Com Relação ao Questionamento:

01- REPRESENTANTE DA EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A., - senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA, com o seguinte questionamento/argumentação:

a) Com relação à empresa CONSTRUTORA NUNES LTDA

Questionamento: Afirmou que apresentou "pré-contrato de fornecimento de concreto asfáltico usinado a quente" onde a précontratada é a empresa A. MENDES TERRAPLENAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, já na assinatura consta como pré-contratada a empresa PS ASFALTOS E PAVIMENTAÇÃO LTDA, tornando o pré-contrato inválido.

Resposta: Afim de deliberar sobre o questionamento, a Comissão realizou diligência, com base nos argumentos feitos na sessão do dia 12/11/2019 (ATA 01), de recebimento de documentação e proposta para verificação da veracidade do documento apresentado. Em resposta, após notificação via "AR", o representante legal da empresa A. Mendes, encaminhou a Comissão, documento acompanhado do contrato já retificado, com o seguinte texto: Eu, ANTONIO VALDIR VERONEZ, Brasileiro, inscrito no CPF 274.605.339-04 venho por meio deste em nome da A MENDES TERRAPLENAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, comunicar que houve erro na elaboração do contrato de fornecimento de CAUQ no campo "pre-contratada". Tal equivoco foi corrigido, e refeito novamente o contrato que A MENDES responsabiliza-se em fornecer a quantidade necessária para a execução da obra referida no edital CP 326/PMC/2019.

Assim, diante das informações prestadas e enviadas pelo representante legal da empresa A. MENDES, a Comissão decidiu pela veracidade do documento apresentado em anexo, ou seja, aceito como válido e suficiente para sanar o questionamento realizado e, portando, desta forma, concluiu que a empresa CONSTRUTOTA NUNES LTDA cumpriu com as exigências estabelecidas no subitem 4.1.3.7.2, do item 4.1.3.7. do Edital.

### Com relação a analise Geral:

Feita a conferencia e analise geral da documentação, e, pelos fatos e razões acima expostos, a Comissão decidiu, por unanimidade, HABILITAR as empresas: CONSTRUTORA NUNES LTDA; CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA; BCL EMPREENDIMENTOS LTDA; SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA, por cumprirem rigorosamente com as exigências estabelecidas no Edital.



http://criciuma.sc.gov.br



As licitantes serão cientificadas, desta decisão, via publicação desta ATA no Diário Oficial Eletrônico do Município de Criciúma. Diante do resultado a Comissão de licitação abre prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação dos recursos com as razões devidamente fundamentadas conforme preconiza o art. 109 e 110 da Lei 8666/93, prazo este contado a partir do primeiro dia útil subsequente a data de publicação desta ATA no Diário Oficial Eletrônico do Município de Criciúma. O processo encontra-se à disposição das licitantes e interessados para vistas (consultas e extração de cópias). O documento acompanhado do contrato retificado, encaminhado pela empresa A. MENDE ficaM fazendo parte integrante e inseparável desta ATA, como se aqui estivessem transcritos. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão as 10h15min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitações. Sala de Licitações, (quinta-feira) aos 28 dias do mês de novembro do ano de 2019.

**GIÁCOMO DELLA GIUSTINA FILHO** 

**KARINA TRES** 

ANTONIO DE OLIVEIRA

Presidente Secretária Membro

# Aviso de Licitação

# Governo Municipal de Criciúma

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 378/PMC/2019

OBJETO: O presente edital tem por objetivo a aquisição de mobiliários para as escolas da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação de Criciúma/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de dezembro de 2019, às 09h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda-feira a sexta-feira na Diretoria de Logística do Município de Criciúma, na sede administrativa do Município de Criciúma/SC, localizada na Rua Domênico Sônego, nº 542 - Paço Municípial "Marcos Rovaris" - Criciúma/SC -CEP: 88.804-050, no horário das 08h00 às 17h00, pelo fone (0\*\*48) 3431.0318 ou no site www.criciuma.sc.gov.br ou pelo endereço eletrônico editais@criciuma.sc.gov.br.

Criciúma, 28 de novembro de 2019.

ROSELI MARIA DE LUCCA PIZZOLO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

# Avisos de Licitação

FMS – Fundo Municipal de Saúde

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 084/FMS/2019** 

OBJETO: O presente edital tem por objetivo a contratação de instituição pública ou privada para realização de capacitação dos Conselhos Locais de Saúde do município de Criciúma/SC

DATA DE ABERTURA: dia 12 de dezembro de 2019, às 08h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria de Logística do Município de Criciúma, na Rua Domênico Sônego, 542 - Paço Municipal Marcos Rovaris - Santa Bárbara - Criciúma - SC CEP: 88.804-050, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3431.0359/3431.0318, ou no site www.criciuma.sc.gov.br ou através do endereço eletrônico editais@criciuma.sc.gov.br.

CRICIÚMA, 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

**ACELIO CASAGRANDE - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE** 



http://criciuma.sc.gov.br



# **MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 085/FMS/2019**

**OBJETO:** O presente edital tem por objetivo a contratação de instituição pública ou privada, para a realização de capacitação em Humanização e Acolhimento no Sistema Único de Saúde, Rede de Atenção Básica do município de Criciúma para os profissionais da atenção básica de saúde.

DATA DE ABERTURA: dia 12 de dezembro de 2019, às 15h30min.

**EDITAL:** Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira na Diretoria de Logística do Município de Criciúma, na Rua Domênico Sônego, 542 - Paço Municipal Marcos Rovaris - Santa Bárbara - Criciúma – SC CEP: 88.804-050, no horário das 08:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3431.0359/3431.0318, ou no site <a href="www.criciuma.sc.gov.br">www.criciuma.sc.gov.br</a> ou através do endereço eletrônico <a href="editais@criciuma.sc.gov.br">editais@criciuma.sc.gov.br</a>.

CRICIÚMA, 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

ACELIO CASAGRANDE - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

# Aviso de Retificação e Prorrogação de Licitação

# Governo Municipal de Criciúma

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL № 364/PMC/2019

(Processo Administrativo n.º 568139)

O **MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epigrafado, que tem por objetivo o registro de preços de veículos, do tipo ambulância, em atendimento ao 4º Batalhão de Bombeiros Militar de Criciúma/SC, é feito a seguinte retificação:

No ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA, no item 3.1.1, passa a ter a seguinte redação:

3.1.1 Veículo leve tipo furgão, zero km com ano de fabricação da data de entrega ou ano 2019, podendo ser modelo do ano seguinte, monobloco ou chassi, teto elevado e com carroceria totalmente em aço.

### Em virtude da alteração acima, fica prorrogada a data de abertura do presente Edital para o dia 13/12/2019 às 14h00.

Mantêm-se inalteradas as demais condições do Edital e anexos.

Feita as alterações acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei. A retificação está disponível no site: <a href="www.criciuma.sc.gov.br">www.criciuma.sc.gov.br</a>.

PAÇO MUNICIPAL "MARCOS ROVARIS", 28 de novembro de 2019.

VAGNER ESPÍNDOLA RODRIGUES - SECRETÁRIO GERAL (assinado no original)

